ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPANIM

CNPJ: 05.171.681/0001-74 CCI – COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Parecer Final de Regularidade do Controle Interno 11/2017

O Sr. ANTONIO JOSÉ SILVA LIMA , brasileiro, CPF: 303.246.292-49, RG. 1852615 PC/PA,
casado, Servidor Público Municipal, residente e domiciliado à Rua, nº,
Bairro: Centro, CEP: 68.760-000, Marapanim-Pará, responsável pelo Controle Interno do
Município de Marapanim, nomeado nos termos do DECRETO № 017/2017, declara,
para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos
termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO №. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014,
que analisou integralmente o Processo n.º 060101.2017, referente à licitação na
modalidade de INEXIGIBILIDADE, tendo por objeto a CONTRATAÇÃO DE PESSOA
JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE
SISTEMAS (SOFTWARES) INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA NAS ÁREAS DE
CONTABILIDADE PÚBLICA (GERAÇÃO DO E-CONTAS TCM/PARÁ), LICITAÇÃO,
ALMOXARIFADO PATRIMÔNIO, PUBLICAÇÃO E HOSPEDAGEM DE DADOS NA FORMA
DA LEI COMPLEMENTAR 131/2009, LEI 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 E
DECRETO 7.185, DE 27 DE MAIO DE 2010, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES
PRECÍPUAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPANIM., a ser celebrado com, o
Município de Marapanim por meio do FUNDO DE PARTICIPALÇAO DO MUNICÍPIO DE
MARAPANIM – CNPJ: 05.171.681/0001-74, com base nas regras insculpidas pela Lei n.º
8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o
referido processo se encontra:

- (X) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;
- () Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com as ressalvas enumeradas no parecer de controle interno, encaminhado como anexo.
- () Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no Parecer de Controle Interno, encaminhado como anexo. Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Marapanim, (PA), 16 de Janeiro de 2017.

ANTONIO JOSE SILVA LIMA Agente de Controle Interno de Marapanim DEC: nº 017./2017